

**A ARQUITETURA COMO EXPRESSÃO SIMBÓLICA DE PODER: O barroco tardio no Nordeste e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares**

**ARCHITECTURE AS A SYMBOLIC EXPRESSION OF POWER: The late baroque in the Northeast and the church of Nossa Senhora da Conceição dos Militares**

**LA ARQUITECTURA COMO UNA EXPRESIÓN SIMBÓLICA DEL PODER: El barroco tardio en el Nordeste y la Iglesia de Nossa Senhora da Conceição dos Militares**

**Pérside Omena Ribeiro<sup>1</sup>  
João Nuno de Carvalho Pernão<sup>2</sup>**

**RESUMO**

O presente artigo pretende assinalar e analisar características e elementos do interior da *Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares*, localizada na cidade do Recife, na Região Nordeste do Brasil, que possam ser interpretados como simbólicos do poder. A expressão barroca no mundo e especialmente no Nordeste do Brasil, assim como as relações amplas entre expressão de poder e a arquitetura de templos religiosos de diversas tradições espirituais, fomenta a discussão. Também foram levados em consideração o contexto histórico e social do Brasil colonial e a importância da irmandade responsável pela construção da igreja.

**Palavras-chave:** Poder; Brasil colonial; Militarismo; Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares do Recife.

**ABSTRACT**

This article aims to point out and analyze characteristics and elements of the interior of the Church of Nossa Senhora da Conceição dos Militares, located in the city of Recife, in the northeast of Brazil, that can be interpreted as symbolic of power. The Baroque expression in the world and especially in the Northeast of Brazil, as well as the wide relations between expression of power and the architecture of religious temples of different spiritual traditions encourages discussion. The historical and social context of colonial Brazil and the importance of the brotherhood responsible for building the church were also taken into account.

**Keywords:** Power; Colonial Brazil; Militarism; Nossa Senhora da Conceição dos Militares do Recife Church

49

**RESUMEN**

Este artículo pretende señalar y analizar características y elementos del interior de la Iglesia de Nuestra Señora de la Concepción de los Militares, ubicados en la ciudad de Recife, en la región nordeste de Brasil, que se pueden interpretar como simbólica del poder. La expresión barroca en el mundo y especialmente en el nordeste de Brasil, así como las amplias relaciones entre la expresión de poder y la arquitectura de los templos religiosos de diversas tradiciones espirituales, fomenta la discusión. También se tuvo en cuenta el contexto histórico y social del Brasil colonial y la importancia de la hermandad responsable de la construcción de la Iglesia.

**Palabras-clave:** Poder; Brasil colonial; Militarismo; Nossa Senhora da Conceição dos Militares do Recife.

**INTRODUÇÃO**

A arquitetura se configura como uma das mais eficazes vias de manifestação simbólica do poder. Durante toda a história da humanidade, da muralha da China às pirâmides do Egito, passando pela acrópole grega e os arranha-céus de Dubai, os monumentos, as moradias e os templos sempre foram também expressão do poder e da posição social dos seus realizadores. De acordo com Michel Foucault, para quem a história dos espaços é também a história do poder;

[...] a arte de construir respondia sobretudo à necessidade de manifestar o poder, a divindade, a força. O palácio e a igreja constituíam as grandes formas, às quais é preciso acrescentar as fortalezas; manifestava-se a força, manifestava-se o soberano, manifestava-se Deus. A arquitetura durante muito tempo se desenvolveu em torno destas exigências (FOUCAULT, 1979, p. 120).

:

<sup>1</sup> Doutoranda da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Sócia-diretora da Grifo Diagnóstico e Preservação de Bens Culturais. E-mail: persideomena@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9041-0622>.

<sup>2</sup> Professor Doutor da Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, pesquisador do Centro de Pesquisa em Arquitetura, Urbanismo e Design. E-mail: jnpernao@fa.ulisboa.pt. ORCID: 0000-0002-4281-5684.

Em um texto publicado no catálogo *Architecture without architects*, fruto da exposição homônima realizada em 1965 no Moma (NY), o arquiteto Bernard Rudofsky (1905–1988) faz uma observação equivalente à feita por Foucault no que diz respeito à arquitetura enquanto manifestação terrena do soberano, mas assinala também a questão da autoria do arquiteto como algo que confere força às edificações. Ele escreve que a história da arquitetura como a conhecemos é tendenciosa no plano social.

Isto equivale a pouco mais do que um quem é quem dos arquitetos que comemoraram o poder e a riqueza; uma antologia de edifícios de, por e para os privilegiados — as casas de deuses verdadeiros e falsos, de príncipes mercadores e príncipes de sangue — sem nunca uma palavra sobre as casas de pessoas inferiores (RUDOFSKY, 1964).

Em outro artigo, intitulado *An introduction to non-pedigreed architecture*, o mesmo autor divaga a respeito da chamada *baixa arquitetura*, sem assinatura, e sua invisibilização. Aqui trazemos a sua reflexão a respeito da estreita relação entre arquitetura e poder.

O cientista político Michael Minkenberg, no livro *Power and architecture: the construction of the capitals and the politics of space* (2014), analisa os casos das grandes capitais do mundo e a estreita relação entre suas arquiteturas e a mensagem de poder que pretendem passar. Ele documenta quatro capitais democráticas planejadas — Washington, D.C.; Ottawa; Canberra; e Brasília — e analisa seus planos urbanos, a linguagem arquitetônica de seus edifícios governamentais e espaços públicos, suas estratégias de seleção de locais e seus usos do simbolismo arquitetônico, observando que, paradoxalmente, elas se baseiam em estratégias de planejamento urbano neoclássicas, como o planejamento axial, a composição geométrica e a monumentalidade. Em vez de representar ideais democráticos por meio de uma nova linguagem formal, esses ideais são realizados na prática por meio da provisão do espaço físico necessário ao exercício de políticas democráticas. Aqui observamos que, por mais que Minkenberg foque suas análises no contemporâneo, existe um modelo de “monumentalidade” que parece permear toda a arquitetura que pretende impactar ou, como afirmou Foucault, “manifestar Deus”.

Essa profunda vinculação entre a arquitetura e o poder, assinalada não somente pelos autores citados aqui, mas por diversos outros estudiosos, pode ser observada, muito clara e especificamente, em monumentos religiosos das mais diversas tradições espirituais. Em *Architecture, power and religion* (2012), David A. Warburton, arqueólogo especialista em Egito antigo, realiza um exaustivo estudo que vai desde a arquitetura vinculada aos primeiros cultos egípcios, passando pelo pré-cristianismo europeu, pelo hinduísmo, pelo budismo, islamismo e cristianismo.

No livro *Sacred power, sacred space*, a pesquisadora da Universidade de Oxford Jeanne Halgren Kilde escreve sobre o método para pensar as dinâmicas de poder dentro dos espaços cristãos, que é o que nos interessa de fato no presente artigo. Denominando o templo como uma espécie de “arquitetura da adoração”, Kilde (2008, p. 3) observa que o espaço religioso é um espaço dinâmico, que, além de abrigar, obviamente, rituais religiosos, funciona de inúmeras maneiras para além disso. Segundo a autora, os templos contribuem de maneira importante para a concepção do próprio significado das práticas rituais e à forma e conteúdo de sistemas religiosos próprios. Especialmente, no caso das igrejas cristãs, os edifícios influenciam as práticas de adoração, facilitando determinadas atividades e impedindo outras; focam a atenção dos crentes no divino e, frequentemente, medeiam o relacionamento entre o indivíduo e Deus. “Na verdade, os edifícios da Igreja são agentes dinâmicos na construção, no desenvolvimento e na persistência do próprio cristianismo” (KILDE, 2008, p. 4).

Ainda no livro supracitado, Kilde (2008) explica que, dentro do espaço religioso, o incrível poder do divino é reiteradamente entendido como algo que o habita. “Para um indivíduo, estar próximo a esse poder é como usufruir de autoridade e capacitação espiritual. O poder dos líderes religiosos também é manifestado no espaço religioso, sua autoridade indicada de várias maneiras” (KILDE, 2008, p. 5), explica, enumerando três tipos de poder que podem ser identificados no espaço religioso, quais sejam:

- 1) O poder divino ou sobrenatural, ou aquele atribuído a Deus.
- 2) O poder social, ou que pertence a uma variedade social, particularmente clerical, hierárquias.
- 3) O poder pessoal, ou os vários sentimentos de empoderamento espiritual que os indivíduos obtêm a partir de uma experiência do divino.

Segundo Kilde, citando o célebre estudo do especialista em História das Religiões Micea Eliade, as culturas sentem e respondem à presença do poder divino em determinados espaços.

É pensando nessas possíveis modalidades de poder (divino, social e pessoal) que gostaríamos de olhar para a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, localizada no Nordeste do Brasil e edificada durante o período da colonização portuguesa.

Para tanto, antes precisamos refletir um pouco sobre como a arquitetura barroca se insere neste debate, assim como o Barroco brasileiro tardio, levando também em conta as contaminações que se deram nessa transposição de uma tradição europeia para um contexto brasileiro. Antes de observarmos porque é tão significativa a relação de arquitetura e poder na arquitetura barroca, é preciso delinearminimamente o Barroco e a época em que surgiu. O Barroco nasce no contexto de uma Igreja temerosa de uma evasão de fiéis e que trata de criar artifícios para mantê-los dentro da “casa de Deus”. Foi nesse contexto que surge a chamada *Companhia de Jesus*, apoiada no Concílio de Trento, em um período de grande turbulência dentro da Igreja Católica. Não é por acaso que muitos críticos denominam o final do século XVI e o século XVII de *A idade dos gigantes*. Foi uma época povoada por personalidades brilhantes, com incrível capacidade de dominação de massa, de erudição e de iniciativa (KOPPER, 2004, p. 45). Na Itália, figuras como Lorenzo Valla buscou soluções na construção de grandes edifícios para propagar a mensagem de poder da Igreja, assim como a figura emblemática de Giulio II, que teve grande influência na vinculação da Igreja às artes de maneira geral, sendo inclusive durante seu papado que Michelangelo pintou o teto da Capela Sistina. Segundo Summerson, “O Barroco é quase sempre retórico, no sentido de ser uma oratória grandiloquente, planejada, persuasiva”.

A expressão *barroco*, como se usa hoje, e que os italianos igualmente adotaram, é de origem francesa. A etimologia é incerta. Alguns sugerem a figura lógica *baroco*, que resulta em algo absurdo; outros sugerem um tipo de pérola “não totalmente redonda”, que é designada com esse nome. A *Grande Encyclopédie* já conhece a palavra com sentido semelhante ao que lhe atribuímos: Barroco, adjetivo em arquitetura, é uma nuance do extravagante. É, se quisermos, o refinamento ou, se assim se pode dizer, o abuso dele... o superlativo. A ideia de *barroco* acarreta a do ridículo levado ao excesso (SILVA, 1991, p. 285).

Já no Brasil, o Barroco tem início no final do século XVII e se tornou o estilo característico de grande parte do período colonial. José Ferreira Carrato, um dos grandes pesquisadores brasileiros do Barroco local, escreve sobre os edifícios barrocos nas terras da colônia portuguesa:

[...] o que agrada mesmo e entra pelos olhos, e até pelo nariz e pelos ouvidos, é o culto dos templos barrocos, é o aparato e a graça dos altares, é a riqueza e a arte impressiva das imagens, é o brilho e a cor das alfaias e dos guisamentos, é o cheiro capitoso ou ascético dos incensos, dos círios acesos, das flores dos ramos benidos, é a solenidade e a elegância dos gestos litúrgicos do altar, é a pompa e a ocorrência dos triunfos e das procissões. (CARRATO, 1968. p. 29.)

Durante o período colonial, a Igreja também tinha enorme poder político e econômico, em alguns países onde a tradição católica permaneceu inalterada. A monarquia portuguesa, por exemplo, era um governo católico, e a conquista e manutenção de novos territórios estavam atreladas muito intimamente à conversão religiosa dos povos conquistados, como forma de controle de suas manifestações espirituais e culturais. Podemos dizer, então, que o contexto colonial brasileiro e a maciça edificação de templos católicos em vários estados brasileiros (como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Pará e Bahia) têm uma clara relação com a manutenção do poder da Coroa portuguesa no território colonial. Para John Bury, por exemplo, os empreendimentos coloniais, particularmente dos espanhóis e dos portugueses na África, América e Ásia

[...] não se limitaram à exploração comercial das terras recém-descobertas. Se os primeiros exploradores e conquistadores foram seduzidos por ideia de lendárias riquezas, especiarias, metais e pedras preciosas, o infatigável zelo missionário das ordens religiosas contribuiu com boa parte das qualidades de tenacidade, flexibilidade e resistência necessárias à tarefa, bem mais difícil, da consolidação da ocupação (BURY, 2006, p. 127).

Sobre o colonialismo, a religião, a arte e a arquitetura, é importante situarmos o projeto de poder e dominação que se alimenta desses elementos, como bem descreve o investigador Luís Afonso em seu artigo *Ornamento e ideologia. Análise da introdução do grotesco na pintura mural quinhentista*. Afonso afirma que é importante olhar para a diversidade lisboeta da época colonial como

[...] um sinal do espírito universalista e sincrético dos descobrimentos, não num sentido humanista, irônico, generoso, mas, sim, num sentido imperialista, conquistador, que através da arte manifestava o seu domínio e superioridade sobre uma série de civilizações, incorporando e digerindo várias culturas que encontrava. Não é dos nossos dias a consciência de que a cultura constitui uma forma privilegiada de domínio (AFONSO, 1999, p. 306).

É importante fazermos o preâmbulo a respeito dos descobrimentos como forma de situarmos um projeto que se estendeu por séculos em terras brasileiras, entrando pelo século XVIII como manutenção da conquista e do poder. Segundo Myrian Ribeiro de Oliveira, o poder da Igreja, mesmo após a Reforma, permaneceu forte em Portugal, assim como em outros países de forte tradição católica “[...] onde a fé cristã continuou se alimentando nas fontes medieval e contrarreformista, inspiradoras da arte religiosa nas diversas versões do Barroco tardio e do Rococó” (OLIVEIRA, 2003, p. 55).

Em que pesem fatores de cunho negativo, como a influência anticlerical do Iluminismo, a expulsão dos jesuítas em 1759 e a crise generalizada das demais ordens religiosas gerada, em parte, pelo excesso de interferências do poder civil, o século XVIII brasileiro foi um grande século religioso. A principal prova está no imenso número de novas construções religiosas nesse período, devidas na maior parte à iniciativa das associações laicas conhecidas pelo nome de *confrarias*, *irmandades* e *ordens terceiras* (OLIVEIRA, 2003, p. 167).

Apesar dos projetos das igrejas gozarem de grande liberdade estética no período “[...] e as fachadas das igrejas do Barroco e do Rococó nas colônias desenvolverem um dinamismo acentuado e uma predileção por formas curvas e sinuosas quase sem paralelo na Europa” (BURY, p. 127, 2006), elas ainda faziam parte desse grande projeto secular de homogeneização da sociedade colonial. E é interessante perceber como a população colonizada passa, ela própria, a emular a necessidade dessas construções por outros motivos, mas que reafirmam o poder dos colonizadores, como se o poder estivesse tão dissipado que passasse também a se manifestar diretamente nos indivíduos e nas pequenas esferas, como acreditava Foucault quando falava da microfísica do poder. “A questão do poder fica empobrecida quando é colocada unicamente em termos de legislação, de Constituição, ou somente em termos de Estado ou de aparelho de Estado. O poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado.” (FOUCAULT, 1979, p. 126).

A partir desse contexto, neste artigo nos propomos a observar os elementos ligados a uma ideia de “poder” na Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, numa perspectiva simbólica nas características do próprio edifício, levando em conta alguns elementos arquitetônicos e também o contexto social e econômico no qual ela surge, especialmente os esforços da irmandade leiga dos militares, responsável pela sua construção. “Na arquitetura setecentista, de função religiosa, preservada no Recife, a Igreja da Irmandade da Conceição dos Militares está entre aquelas que alcançaram um melhor nível construtivo, associado a uma boa integração de bens artísticos no seu interior” (LEON, 2004, p. 1) (Figura 1).

Figura 1 – Fachada da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares.



Fonte: Grifo. Foto: Bernardo Teshima.

Leon ainda assinala que sua periodização construtiva se iniciou c. 1723-24 pela obra da capela-mor (concluída em 1726). O pesquisador afirma, de acordo com pesquisas em fontes primárias, que, nessa época, iniciou-se uma gradativa integração do seu programa devocional-iconográfico, dedicando tanto a Igreja quanto a Irmandade à Imaculada Conceição de Maria, padroeira de Portugal, desde a sua Restauração e guerra com a Espanha (LEON, 2004).

De acordo com os registros históricos, os militares do Terço da vila de Santo Antônio do Recife (oficiais, sargentos e praças dos Corpos de Fuzilamento e Cavalaria) solicitaram a criação de uma Irmandade dos Militares, bem como a construção de uma igreja que fosse sua, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Tempos depois, os militares solicitaram a ajuda da Coroa portuguesa para concluir as obras da igreja (LEON, 2004). Tal solicitação era comum na época, pois muitas vezes os projetos eram excessivamente onerosos e ambiciosos, fugindo do controle e das possibilidades dos seus idealizadores (OLIVEIRA, 2003). E, segundo a pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco Semira Vainsencher (2003), havia ainda um segundo elemento, que era a honra de ter a construção copatrocinada pela Coroa portuguesa. Ou seja, além da questão financeira, entrava também a importância “oficial” e “honrosa” que aquela igreja e, por conseguinte, sua irmandade, viria a gozar.

O desejo de possuir “capela” própria para sede de suas devoções particulares e local de reuniões dos irmãos, além, evidentemente, da simbólica definição de *status* junto às comunidades locais, constituía o anseio básico de todas essas associações. A concretização desse anseio dependeria, evidentemente, da disponibilidade financeira de seus cofres para arcar com as pesadas despesas decorrentes do empreendimento, da obtenção das indispensáveis licenças oficiais à provisão do novo tempo de ornamentos e alfaias essenciais ao culto, sem os quais não conseguiria autorização eclesiástica para entrar em funcionamento (OLIVEIRA, 2003, p. 169).

As irmandades, assim como as confrarias e ordens terceiras, tiveram “[...] papel decisivo na incipiente estruturação da sociedade brasileira, definindo a identidade de classes e grupos sociais, reunidos para a defesa de interesses comuns de caráter religioso, assistencial ou ocupacional” (OLIVEIRA, 2003, p. 167). Na configuração desses agrupamentos, entravam ainda outros traços de afinidades, como cor de pele e categorias socioeconômicas (OLIVEIRA, 2003, p. 167). Havia, ainda, “[...] rivalidades e forte grau de emulação que governava a vida dessas associações religiosas” (OLIVEIRA, 2003, p. 172).

A irmandade militar, responsável pela construção da igreja em questão, já parte de um lugar de poder, o poder militarista, ao contrário de irmandades de artesãos ou de ex-escravos, por exemplo. A Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares já nasce sob a égide da cruz e da espada, e isso também se reflete simbolicamente dentro do edifício. Na entrada da igreja, por exemplo, é possível ver um grande painel no subcoro, em que está retratada a 1ª Batalha dos Guararapes (Figura 2). É revelador pensar na presença, em lugar de equivalência, da iconografia mariana presente em toda a igreja e de uma batalha travada entre defensores do Império português e o exército invasor da Holanda. Fica clara aqui a importância dada tanto ao militarismo quanto à Coroa portuguesa, talvez os dois maiores alicerces de poder dessa igreja. Religião, militarismo e política dividindo o mesmo espaço de louvação religiosa.

Figura 2 - Painel representando a 1ª Batalha dos Guararapes



Fonte: Grifo. Foto: Robson Lemos.

Essa cena foi pintada em 1781, conforme consta na epígrafe, sendo atribuída ao alferes José de Oliveira Barbosa. Ponce de Leon (2004) afirma que essa pintura associava a Conceição dos Militares à crença da proteção mariana dispensada aos militares luso-brasileiros na Restauração Pernambucana (1645–1654).

Na Conceição dos Militares, identificam-se frações desse imaginário: a devoção à Imaculada Conceição pelos militares de Portugal e do Pernambuco colonial, a construção de uma Igreja e instituição de Irmandade para promover a celebração do seu culto; a representação em pintura da 1ª Batalha dos Guararapes (1649), ocorrida durante a Restauração Pernambucana, onde e quando associaram-se as vitórias alcançadas à proteção mariana, dispensada aos militares restauradores, contra o domínio do “herege” holandês (LEON, 2004, p. 5).

A título de esclarecimento, devemos pontuar que a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares filia-se a uma parcela grande das construções das igrejas brasileiras do período, que aliam tanto elementos do Barroco quanto do Rococó internacional, ambos convivendo concomitantemente nos edifícios religiosos e em suas ornamentações. Segundo Oliveira, “[...] no campo da arquitetura, o estudo do rococó religioso imbrica-se a tal ponto com o do barroco tardio que com ele coexistiu na maioria dos países, que Christian Norberg-Schulz julgou difícil ou mesmo desnecessário estabelecer uma distinção nítida entre os dois estilos” (OLIVEIRA, 2003, p. 59).

Além do painel da batalha, localizado no subcoro, acesso à nave da igreja, também há outro elemento de forte simbolismo relacionado ao poder, a panóplia — uma exaltação à bravura dos militares —, localizada no centro do arco-cruzeiro (Figura 3). É uma composição heráldica que, provavelmente, apresentava, na parte central, o brasão das armas reais portuguesas, encimado pela Coroa real e ladeado por troféus — armas e equipamentos militares. Provavelmente, em 1823 o brasão primitivo foi substituído pelo brasão imperial, que foi pintado sobre ele, aproveitando a composição existente.

Figura 3 – Panóplia com brasão imperial no centro.



Fonte: Grifo. Foto: Bernardo Teshima.

54

Pereira da Costa, nos *Anais Pernambucanos*, relata que, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, “[...] originalmente, tinha, sobre o frontispício, um escudo das armas reais portuguesas, que foi retirado em 1823, a fim de que desaparecessem todos os vestígios da metrópole, de conformidade com os ardores patrióticos da época” (COSTA, 1983, v. 10, p. 289).

Se tomarmos a igreja como um espaço que pode se assemelhar, em muitos aspectos a um teatro que abriga uma espécie de espetáculo litúrgico-espiritual, tanto o painel quanto a panóplia encontram-se em lugares estratégicos. A batalha impõe-se logo na entrada da “plateia”, enquanto a panóplia está em um ponto importante para o olhar de quem entra no edifício, localizado bem no fechamento do arco de entrada ao “palco” (retábulo-mor). Uma espécie de “punctum”, como diria Roland Barthes (1984).

No que diz respeito à ornamentação e outros elementos, é possível também perceber diversas simbologias do poder, tal como o douramento excessivo e o luxo ostensivo, próprios do barroco, que remetem à riqueza e ao poder tanto dos realizadores da construção do templo quanto da própria Igreja Católica. Segundo o pesquisador da Universidade do Porto, José Amadeu Coelho Dias, a “[...] lei do barroco é precisamente a de atrair os sentidos, fascinar a sensibilidade estética, encontrar e seduzir o gosto, [...] comover e entusiasmar” (DIAS, 2003, p. 291). O Barroco, segundo ele, reagiu contra a “paganização naturalista da Renascença, contra o pauperismo simplista da teologia luterana e contra o despojamento do culto protestante sem altar nem imagens” (DIAS, 2003, p. 291). Foi, acima de tudo, uma tentativa de manutenção da fé católica por meio do deslumbre e do fortalecimento da ideia de poder da Igreja, tão avassalador quanto a própria ostentação presente nos templos.

Portanto, aqui concluímos que a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares traz uma reflexão tentacular sobre a presença dos símbolos de poder dentro de seu edifício e de seu contexto sócio-histórico. Observamos elementos ligados ao militarismo através da irmandade responsável pela sua construção; ao poder da Igreja Católica, notadamente nos elementos recorrentes nas próprias estruturas barrocas; e à Coroa portuguesa, presente na evangelização das colônias com seu poderio tanto cultural quanto econômico.

Figura 4 – Vista geral da parede do cruzeiro com o arco, entrada para a capela-mor.



Fonte: Grifo. Foto: Robson Lemos.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, L. Ornamento e ideologia. Análise da introdução do gótico na pintura mural quinhentista. In: **Ordens militares: guerra, religião, poder e cultura: actas do III Encontro sobre Ordens Militares**. Palmela, 22 a 25 de janeiro de 1998, p. 305-340.
- BARTHES, R. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BURY, J. **Arquitetura e arte no Brasil colonial**. Brasília: Iphan/Monumenta, 2006.
- CARRATO, Jose Ferreira. **Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. p. 29.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. 2. ed. Recife: [s. n.], 1983. v. 10.
- DIAS, G. J. A. C. Os beneditinos, Tibães e o Barroco: entre o esplendor da arte e a emoção religiosa. In: **Barroco: Actas do II Congresso Internacional**. Porto: Universidade de Porto, Faculdade de Letra, 2003. p. 291-306.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1979.
- KILDE, Jeanne Halgren. **Sacred power, sacred space**. Oxford: Oxford University Press, 1. ed. 2008.
- KOPPER, Maria Eduarda Álvares. **Arquitetura, poder e opressão: o barroco francês e o caso de Versalhes**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de pós-graduação em arquitetura (Propar). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2004.
- LEON, F. P. **Tu Glória de Jerusalém**. Recife: Grifo Diagnóstico e Preservação de Bens Culturais, 2004.
- OLIVEIRA, M. R. **Rococó religioso no Brasil**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MINKENBERG, Michael. **Power and architecture: the construction of the capitals and the politics of space**. New York- Oxford: Berghahn Books, 2014.
- RUDOLFSKY, Bernard. **Architecture without architect, an introduction to non pedigree architecture**. The Museum of Modern Art: Distributed by Doubleday, Garden City, N.Y, 1964.
- SILVA, Evan. **A forma e a fórmula: cultura, ideologia e projeto na arquitetura da Renascença**. Porto Alegre: Sagra/Luzzeto, 1991.
- SUMMERSON, J. **A linguagem clássica da arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

Data de submissão: 30/04/2021

Data de aceite: 30/06/2021

Data de publicação: 27/12/2021